



Câmara Municipal de Claraval – MG

Rua 12 de Dezembro, 680 – Centro - CEP 37997 – 000 - Claraval - MG.

Tel. (034) 33535111 – Tele fax (034) 3353 5252

E-mail: camaraclaraval@yahoo.com.br

PROJETO DE LEI Nº 34 DE 28 DE AGOSTO DE 2025

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CLARAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GABRIELA ANANDA NEVES BORGES, VEREADORA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CLARAVAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **APRESENTA,** o seguinte **PROJETO DE LEI:**

Artigo 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Claraval-MG, a Nota Fiscal Eletrônica, como documento fiscal digital para o registro das operações relativas à prestação de serviços e circulação de bens e mercadorias, conforme as competências municipais.

Artigo 2º. A Nota Fiscal Eletrônica será obrigatória para:

- I – Todos os prestadores de serviços sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- II – Estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços autorizados pelo município;
- III – Outros contribuintes definidos em regulamento específico.

Artigo 3º. A emissão da Nota Fiscal Eletrônica será realizada por meio de sistema eletrônico desenvolvido, mantido ou autorizado pela Prefeitura Municipal, que deverá garantir:

- I – A autenticidade, integridade e validade jurídica do documento;
- II – A segurança das informações fiscais;
- III – O acesso do contribuinte ao histórico de suas notas emitidas e recebidas.



Câmara Municipal de Claraval – MG

Rua 12 de Dezembro, 680 – Centro - CEP 37997 – 000 - Claraval - MG.

Tel. (034) 33535111 – Tele fax (034) 3353 5252

E-mail: camaraclaraval@yahoo.com.br

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – Estabelecer normas complementares para a regulamentação desta Lei;
- II – Definir cronograma de implantação por setores econômicos ou faixas de faturamento;
- III – Criar programa de incentivo à solicitação da Nota Fiscal Eletrônica por parte dos consumidores, podendo incluir sorteios, prêmios ou concessão de créditos tributários.

Artigo 5º. O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Artigo 6º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Artigo 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Claraval-MG, 28 de agosto de 2025.

GABRIELA ANANDA NEVES BORGES

Vereadora